

Manarairema e a representação do estado de exceção na obra de José J. Veiga

109

Regina Kohlrausch¹
Francisco Augstburger²

RESUMO:

Este trabalho analisa as representações da instauração de um estado de exceção a partir do livro *A hora dos ruminantes*, publicado originalmente em 1966, do escritor brasileiro José J. Veiga. De modo que, para articular o conceito de “estado de exceção”, utiliza-se a obra *Estado de Exceção* (2004), do filósofo Giorgio Agamben. Partindo, portanto, da obra literária escolhida, apresenta-se a descrição das marcas textuais que revelam a representação do estado de exceção no contexto brasileiro.

Palavras-chave: literatura brasileira; José J. Veiga; estado de exceção.

1 Doutora em Letras, Teoria da Literatura, pela PUCRS. Realizou seu estágio pós-doutoral na Universidade de Vigo, Espanha, com bolsa CAPES-Fundación Carolina. É professora titular de Letras da Escola de Humanidades da PUCRS, com atuação na Graduação e Pós-Graduação em Letras.

2 Mestrando em Teoria da Literatura na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Literatura Brasileira pela mesma universidade. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES)

ABSTRACT:

This paper analyzes the representations of the establishment of a state of exception from the book *The Hour of the Ruminants*, published originally in 1966, by the Brazilian writer Jose J. Veiga. In order to articulate the concept of state of exception, the work *State of Exception* (2004) of the philosopher Giorgio Agamben is used. We intended to analyze in the chosen literary work, the textual marks that bring the representation of the state of exception in the Brazilian context.

Keywords: Brazilian literature; José J. Veiga; state of exception.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta a análise das representações da instauração de um estado de exceção a partir do livro *A hora dos ruminantes*, do escritor brasileiro José J. Veiga. As características temáticas e formais presentes no primeiro romance publicado por Veiga são recorrentes em outras de suas obras. Assim, considerando essa recorrência, este artigo destaca alguns desses elementos, entre eles, a cidade do interior, a coletivização dos personagens e a atmosfera de vigilância e de opressão. Embora se trate de um dos livros mais representativos da produção literária completa do autor, o que contribui para o interesse sobre ele, esta análise volta-se não à descrição generalizante da obra, mas às particularidades que melhor configuram a representação do estado de exceção.

Para isso, apresenta-se, em primeiro lugar, o conceito de “estado de exceção”, do filósofo Agamben, para, em um segundo momento, realizar uma breve reflexão sobre a obra de José J. Veiga e a sua forma de lidar com o insólito em narrativas sobre regimes autoritários, e, por fim, levando em conta o conceito estudado, a análise de *A Hora dos Ruminantes* com destaque aos pontos que dialogam com a teoria de Agamben.

Convém salientar que esta análise contribui com os estudos sobre a literatura produzida e veiculada durante a ditadura militar cujo ponto de partida foi o golpe de 1964. Além disso, une-se aos debates

contemporâneos sobre o papel da literatura em tempos de falência das instituições democráticas do estado de direito a partir do olhar nacional, ou seja, a literatura também como arquivo da ditadura militar brasileira, conforme estudo de Eurídice Figueiredo (2017).

Estado de exceção e *A hora dos ruminantes*

O conceito de “estado de exceção” nasce na área do direito. Em sua origem, era utilizado para tornar legal aquilo que não pode ter forma legal. Entre os elementos que dificultam uma definição do estado de exceção, pode-se destacar sua relação com a guerra civil, a insurreição e a resistência (AGAMBEN, 2004). Trata-se de uma suspensão da ordem natural sem alteração da lei³.

111

Foi a partir dos eventos decorrentes da I Guerra Mundial que o estado de exceção começou a se concretizar como prática nas democracias europeias. O estado de exceção existiria como detentor de um poder supremo, sendo capaz de violar a própria constituição em uma situação de necessidade, paradoxalmente com o objetivo de defender a Constituição (ROSSIERT, 1948 *apud* AGAMBEN, 2004). Quando instalado, conforma-se, originalmente, uma suspensão da constituição, outorgando plenos poderes ao poder executivo, criando, assim, uma abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário. Dessa forma, um estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal. Cria-se, então, uma área onde uma determinada aplicação é suspensa, mas onde a Lei, enquanto tal, permanece em vigor (AGAMBEN, 2004).

Estado de exceção, nesse sentido, revela-se como um patamar de indeterminação entre democracia e regimes autoritários. Assim, levando em conta essa indeterminação, propõe-se trabalhar

3 Neste artigo, não será apresentada uma reflexão alongada do conceito de “estado de exceção”, há inúmeras questões que este traz às Ciências Jurídicas e outros tantos autores que ao longo dos anos discutiram essa questão de maneira mais detalhada. Optamos por trabalhar menos com as ramificações legais do estado de exceção e dar uma maior atenção às suas consequências práticas nas sociedades em que o estado de exceção se instala. Por isso, a escolha de trabalhar com o filósofo italiano Giorgio Agamben (2004) se justifica e espera-se que fique clara ao longo deste trabalho.

com o conceito de “estado de exceção” na análise literária, mais especificamente, na obra de José. J. Veiga. O termo, por um lado, é específico o suficiente para servir de caracterização para determinadas marcas literárias e representações encontradas na literatura, mas, por outro, fluído e amplo o suficiente para se encaixar nos mais diversos tipos de situação, independente da forma de governo ou da situação social explicitada no texto a ser estudado.

Em *A Hora dos Ruminantes*, por exemplo, não se pode afirmar com certeza absoluta que os homens da tapera instalaram um regime totalitário, ou algum tipo de ditadura em Manarairema, uma vez que esses termos não foram mencionados ao longo do texto. Além disso, caracterizar uma forma de governo representada na literatura como ditadura, regime totalitário ou absolutista, pode ser contraproducente, uma vez que levaria a uma tentativa de classificar as formas de governo ficcionais nas formas de governo que são conhecidas fora da literatura. Com base nessa afirmação, ao trabalhar com o conceito de “estado de exceção”, utiliza-se justamente uma suspensão de um estado normal da vida em sociedade, sem, entretanto, se comprometer ou caracterizar qual a nova forma vigente. Sabe-se, conforme se revela no texto, sem explicitar, que algo mudou, ficando ao leitor as inferências interpretativas do romance.

A obra de José J. Veiga dialoga com diferentes manifestações do fantástico na literatura sem, entretanto, se limitar a elas. A realidade narrativa do autor é construída na contraposição entre dois universos: o cotidiano e o insólito. Opostos entre si; contudo, permitem que os personagens possam ou não circular, podendo ou não se manifestar no tempo narrativo, mas cuja existência e questionamento são a base do conflito narrativo. Este choque, em grande parte, é representado na ocorrência do fantástico na realidade cotidiana, mas não necessariamente, possibilitando, por isso, a opção, conforme Dantas (2002), pelo termo “insólito”, que abrange não apenas o sobrenatural, como também eventos estranhos e extraordinários. O elemento insólito, mesmo contraposto ao cotidiano, não deixa de ser parte da realidade. Para Dantas (2002), o insólito pode estar representado espacial e fisicamente ou apenas no plano da consciência e da imaginação. Na narrativa em questão, bem como em diversas outras obras do autor, o estado de exceção e a autoridade aparecem, muitas vezes,

representados por elementos insólitos, sejam eles em manifestações físicas como animais, como será apresentado a seguir, ou na percepção da coletividade tomada pelo sentimento de falta de sentido e de opressão.

A invasão do insólito sobre o cotidiano sob a forma da instauração de um novo sistema de governo, baseada nos interditos sociais, na repressão moral e física, é mantida a custo da liberdade de seus cidadãos. Os personagens são convencidos ou coagidos a servir a nova forma de governo cegamente já que se instaura um sistema de absoluto controle sobre a população, em que ela própria perde a noção de sua liberdade anterior em função do sistema imposto (DANTAS, 2002).

113

No conjunto da produção literária de Veiga, mais especificamente, conforme apontado por Trevizan (2013), *Os cavalinhos de Platiplanto* (1959) e *A máquina extraviada* (1967), *A hora dos ruminantes* (1966), *Sombras de reis barbudos* (1972), *Os pecados da tribo* (1976), *Aquele mundo de Vasabarro* (1982), *Torvelinho dia e noite* (1985) e *A cascada da serpente* (1989), é possível perceber a repetição de certo tipo de conflito: uma comunidade pequena e hermética vivencia situações de opressão, repleta de episódios insólitos, em geral desencadeadas após a instalação de um grupo vindo de fora.

A Hora dos Ruminantes narra, em terceira pessoa e em discurso indireto livre, a história vivida pelos moradores da cidade de Manaraiema, que assistem à chegada de um estranho grupo de homens que se instala em uma tapeira, do outro lado do rio, separados, portanto, por uma ponte, que corresponde a mais uma imagem recorrente na representação da fronteira do lado de lá e de cá na literatura de Veiga. Os homens da tapeira são arrogantes e guardam em segredo o motivo de sua vinda. O insólito irrompe de maneira brusca com a cidade sofrendo duas invasões: uma de cachorros e outra de bois. Em ambos os casos, as invasões ocorrem misteriosamente em números tão exorbitantes que é impossível circular pela cidade. Os animais desaparecem da mesma forma. Com a partida dos bois, desaparecem também os homens da tapeira. Após um longo período de privações, a cidade vive a expectativa de um renascimento, conforme salienta Dantas (2002).

Com base nesse episódio, da vinda dos homens e da invasão dos animais, é que se parte para a análise acerca da forma como as relações construídas são traçadas como estado de exceção. Logo no começo da narrativa, já se instala a atmosfera do fantástico:

Os cargueiros vinham descendo a estrada, quase casados com o azul geral. Mas uns homens que estavam na ponte tentando retardar a noite perceberam o sacolejo das bruacas [...] e se interessaram. Podia ser carregamento de toucinho, mantimento escasso. Enquanto esperavam a confirmação, acenderam cigarros, otimistas. (VEIGA, 1984, p. 1-2).

114

Como os cargueiros não passam pela ponte, os homens de Manarairema começam a se questionar se teriam voltado, ou se teriam parado no meio do caminho. Sem conseguir uma explicação razoável, os homens começam a duvidar de seus próprios sentidos: “Sabem o que eu penso? Era vontade demais de ver cargueiro com toucinho. Quando a gente quer muito ver uma coisa, acaba vendo em pensamento.” (IBIDEM p. 3). Comentário a que outro morador responde: “Agora que vocês estão falando, eu disse que tinha visto porque não quis contrariar. O que eu vi mesmo foi uns vultos embolados, não posso dizer que eram cargueiros.” (IBIDEM p. 3).

O último trecho é importante, pois demonstra a reação dos moradores da cidade frente a um evento supostamente sobrenatural. Como afirma Todorov (1992), o indivíduo ou acredita no sobrenatural, ou acredita que seus sentidos estão, de alguma forma, sendo distorcidos. Neste fragmento, o personagem de Veiga se vê neste dilema e opta pela segunda opção. É um prelúdio da dualidade real/sobrenatural que anuncia eventos estranhos que irão ocorrer na cidade, representativos do estado de exceção, mas que, ao invés de se tornarem eventos sobrenaturais, se tornarão eventos insólitos ao longo da narrativa.

O primeiro contato da cidade com os recém-chegados é marcado pela curiosidade e euforia:

No dia seguinte a cidade amanheceu ainda sem toucinho, mas com uma novidade: um grande acampamento fumegando e pulsando do outro lado do rio, coisa repentina, de se esfregar os olhos. Seriam ciganos? Não estava parecendo [...] Seriam engenheiros? Mineradores? Gente do governo? (VEIGA, 1984, p. 4).

Entretanto, as expectativas dos moradores foram frustradas. O primeiro morador a ter contato direto com os homens da tapeira foi Padre Prudente: “Pelo hábito de ser tratado com deferência na estrada, Pe. Prudente virou-se para eles esperando o cumprimento e eles nem tocaram no chapéu.” (IBIDEM, p. 5). Em seguida, “O ajudante do padre, que vinha mais atrás e viu bem o desrespeito, cumprimentou alto, provocando. Os homens nem olharam, e como ensaiados começaram a assoviar.” (IBIDEM, p. 5). A cidade abandona sua motivação inicial e tenta voltar a sua vida normal:

À noite, quando iam fechar as janelas para dormir e davam com os olhos no clarão do acampamento, as pessoas procuravam se convencer de que não estavam vendo nada e evocavam aquele trecho de pasto como ele era antes, uma clareira azulada na vasta extensão da noite rural. A vizinhança incomoda, os perigos que pudessem vir dela, eram eliminados por abstração. Mais tarde podia haver sonhos com os homens figurados como inimigos, mas eram apenas sonhos, vigorantes somente na escuridão dos quartos, solúveis na claridade do dia. (IBIDEM, p. 7).

A partir desse ponto, Manaraiema passa a tratar os estranhos como inimigos, enxergando-os com desconfiança e fingida indiferença. Graças à hostilidade que se cria, nenhum morador de Manaraiema se atreve a ir até o acampamento dos homens para descobrir o motivo de sua vinda. Com isso, cria-se a divisão apontada por Dantas (2002), tão tradicional na literatura de Veiga, conforme já referenciada anteriormente: os do lado de cá e os do lado de lá. Nessa obra, como em tantas outras de Veiga, não há reflexões exteriores à realidade narrativa, pois ao leitor não é dado o privilégio de percebê-la em relação aos personagens, o leitor é cúmplice deles. Como explica Dantas (2002), é através dos habitantes da cidade que o leitor aprende os acontecimentos. Quando um personagem deste romance se refere ao “outro lado”, o leitor partilha deste ponto de vista.

No decorrer da primeira parte, Geminiano, o carroceiro, e Amâncio, um comerciante, passam a trabalhar com os homens da tapeira. Ambos buscam extrair respostas sobre os motivos da vinda dos homens, sem sucesso. As respostas são sempre vagas:

- Mas o que é que eles querem? Que apito tocam?
- Não querem nada. Não tocam apito nenhum.
- E as obras tão faladas?
- Exagero. Servicinho à toa. Um puxado. Um chiqueiro. Remendos. Dê ouvidos a conversa não. (VEIGA, 1984, p. 25).

Começa a se instalar, de forma mais definida, o não-saber da comunidade, tão comum no estado de exceção. O conhecimento é negado aos do lado de cá, não pertencentes à esfera do poder e, por consequência, oprimidos. Tal relação de assimetria de informação só irá piorar ao longo da narrativa, conforme as invasões dos animais vão ocorrendo. Dos que passam para o outro lado não se obtém jamais as respostas que ordenariam logicamente os acontecimentos a que são submetidos. O narrador não tem poder de ordenação ou explicação do mundo, de modo que a narrativa fica contaminada pelo absurdo que narra, forma corrompida pelo conteúdo, tornando-se ela própria absurda, em concordância com Dantas (2002).

No Dia dos Cachorros, ocorre a primeira invasão de animais na cidade:

Os cachorros baixaram de repente, apanhando todo mundo de surpresa. A cidade estava engrenando na rotina [...] quando os latidos rolaram estrada abaixo. As pessoas correram para as janelas, as cercas, os barrancos e viram aquela enxurrada avançando rumo à ponte, cobrindo buracos, subindo rampas, contornando pedras, aos destrabelhos, latindo sempre. (VEIGA, 1984, p. 34).

A reação de resistência da cidade é rapidamente vencida: “Os homens tentaram espantá-los a pedradas, apanhavam uma pedra e ficavam tontos com ela na mão, não sabendo para que lado jogar, os cachorros eram muitos e vinham de todos os lados.” (IBIDEM, p. 34). E a cidade é rapidamente tomada:

Houve casos também de cachorros entrando numa casa, indo direto aos quartos e saindo com chinelas, sapatos, roupas, tudo o que pudessem agarrar com a boca, lençóis eram arrastados pelos quintais, estraçalhados em espinhos de roseiras ou mandacuru, lambuzados na lama dos regos e afinal abandonados em qualquer parte, quando já não serviam para nada [...] Eram desacatos que as pessoas toleravam resignadamente, consolando-se em pensar que não há mal que sempre dure. (IBIDEM, p. 36).

Em seguida, a cidade passa a se adaptar ao novo estilo de vida imposto pelos cachorros:

Mas vendo que os cachorros não tinham pressa de ir embora, o povo começou a mudar de atitude. Os porretes, as correias, as espingardas iam sendo escondidos e substituídos por tentativas de afago, palavras mansas, agrados de comida. Gente se amontoava nas janelas assoviando para eles [...] com medo, é verdade, mas desejando receber um abano de rabo [...] De repente ficou parecendo que todo o mundo adorava cachorro, quanto mais melhor e só tinha na vida a preocupação de faze-los felizes [...] A ordem era respeitar os cachorros. Foi um tempo difícil para aqueles puros, os ingênuos os de boa memória. (IBIDEM, p. 37).

117

Esta passagem é um dos indícios mais claros da instalação de um estado de exceção na cidade, representado na narrativa por um elemento insólito. Os cachorros tomaram Manarairema e alteraram toda a vida cotidiana de seus habitantes. Aquilo que valia antes já não vale mais:

Os cachorros de Manarairema, antigos donos daquelas ruas também sofreram grandes humilhações. Quando atacados por um dos estranhos eles não podiam reagir nem se defender, bastava rosnarem e já os donos vinham correndo castiga-los pelo atrevimento. Eles tinham de correr ou se deixar morder passivamente, se não quisessem levar pauladas [...] Qualquer cachorro pelado, sujo, sarnento, contanto que fosse estranho, encontrava quem o elogiasse por qualidades que ninguém via mas que todos confirmavam. Era uma grande vantagem ser cachorro estranho em Manarairema naqueles dias. (IBIDEM, p. 37).

Trata-se da suspensão do ordenamento definida por Agamben (2004). Os moradores da cidade se veem obrigados pela necessidade, sem ter nenhum poder de decisão ou de voto, a reorganizarem sua vida em torno de uma invasão de cachorros. Segundo Agamben (2004), tal suspensão do ordenamento vigente teria como objetivo garantir-lhes a existência. Logo, os moradores de Manarairema passaram a tratar bem os cachorros invasores para não serem completamente destruídos. Toleravam situações absurdas, antes impensáveis, para conseguir sobreviver a esta invasão.

Uma tarde, sem explicação alguma, como que obedecendo a um comando secreto, os cachorros retornaram para a tapeira, desafogando

novamente a cidade. Os moradores da cidade ficaram sem saber o que fazer, com medo de descontraírem antes da hora. É possível afirmar que é com a invasão dos cachorros que os homens da tapeira consolidam seu domínio sobre a cidade de Manarairema. Algum tempo depois da retirada dos cachorros, Amâncio, o comerciante, comenta que pretende ampliar a sua loja, preparando-se para o aumento de freguesia prometido pelos homens da tapeira. Em estratégias de governos totalitários é comum contrabalancear a repressão com crescimento econômico. A referência de Veiga, nesse aspecto, é bastante clara com o comentário de Amâncio: “Eles vieram trabalhar, trazer progresso [...] Vão tocar pra frente de qualquer maneira. Quem não gostar que coma menos.” (VEIGA, 1984, p. 39).

118

Como afirmado acima, um dos temas recorrentes na obra do autor é o ambiente interiorano valorizado como lugar ideal ainda não corrompido pelo avanço da modernidade. Os espaços rurais são locais distanciados do racionalismo da civilização, um espaço que guarda um modo de pensamento primordial, ainda não corrompido pelo processo civilizatório. E é justamente esse espaço virgem que acaba sendo invadido e subjugado por forças externas em diversas obras. Sob muitos aspectos, conforme Trevizan (2013), as narrativas representam a chegada do novo, da modernidade, na sociedade brasileira, ainda rural.

O poder autoritário não é apenas uma força exterior à qual supostamente a comunidade poderia se fechar. Segundo Dantas (2002), o poder opressor insinua-se dentro da coletividade, contaminando-a, de modo que qualquer um pode ser o inimigo. Durante o desenvolver da narrativa, uma estrutura de conversão dos moradores se repete. Os homens da tapeira abordam um dos moradores de Manarairema, buscando contratá-lo para algum serviço, de uma maneira que os moradores veem como bastante impositiva. O morador, em um primeiro momento, se nega, alegando que aquela não era a maneira da cidade de fazer negócios. Entretanto, mesmo incomodados com o discurso autoritário dos homens, cada um, por razões diferentes, acaba cedendo e trabalhando para os homens.

É importante ressaltar que em nenhum momento fica evidenciado quais são as formas de persuasão utilizadas pelos ocupantes da tapeira. Fica claro apenas que aceitam o serviço de má vontade, realizado por

medo dos homens. É o que ocorre primeiro com Geminiano, o caboclo dono da carroça, depois com Amâncio, dono da venda, Manoel, o marceneiro, e, por fim, com Apolinário, o ferreiro. Em todos os casos, os trabalhadores previamente “convertidos” buscam convencer os moradores a obedecer. Para os homens não se zangarem, sempre com argumentos vagos, repletos de ameaças subliminares, afirmam: “Você não conhece aquela gente, Apolinário. Eles cercam de todo lado, apertam, põem a gente numa roda viva. Você vai ver.” (VEIGA, 1984, p. 42). Um a um, os personagens vão se dobrando à nova forma de trabalhar. Não é como eles fazem, não é como irão fazer, mas, naquele caso específico, é o que farão. Trata-se da exclusão da lei ressaltada por Agamben (2004): a lei não mudou, apenas para este caso específico não vale. A necessidade torna-se fonte primária que justificaria a criação de um estado de exceção, apesar de não ser fonte de lei. Ela limita-se a subtrair um caso particular à aplicação literal da norma. Um caso particular em que a lei não se aplica (AGAMBEN, 2004). Logo, o estado de exceção cria uma realidade social em que, oficialmente, nada mudou, mas em termos práticos, vive-se uma vida completamente diferente do que era até então considerado como normal e aceitável.

O estado de exceção, mais uma vez, se faz claro pelas palavras de Amâncio, quando ele busca convencer Manuel a realizar um trabalho:

Vocês falam como se não tivesse acontecido nada. Direitos? Que direitos! Quem não deve não teme! Tudo isso já morreu. Hoje em dia não é preciso dever para temer. Por que é que você acha que eu estou aqui pedindo, implorando, me rebaixando? Eu devo alguma coisa? E você já me viu com medo algum dia? Você precisa entender que não estamos mais naquele tempo. (VEIGA, 1984, p. 47).

Existe uma marcação de tempo na fala de Amâncio, referindo-se claramente ao momento anterior à chegada dos homens. Entretanto, em nenhum momento os homens da tapeira tomaram a cidade ou impuseram algum regime diferente. A narrativa não apresenta nenhuma referência a governo, eleições, voto, ou qualquer instância de poder governamental influenciando a vida na cidade. Os homens da tapeira trabalhavam caso a caso, demandando os serviços que necessitavam de cada morador que poderia atendê-los. A questão era que não existia a possibilidade de não serem atendidos. Oficialmente, nada mudou na cidade, mas, na prática, tudo mudou. A forma de viver é outra.

A história do estado de exceção, como se apresenta ao longo dos séculos XX e XXI, é a história de sua emancipação em relação à situação de guerra à qual estava ligado na sua origem. Progressivamente, passou a ser usado como medida extraordinária de política em caso de desordens e revoltas internas, passando, assim, de efetivo militar a fictício ou político. Logo, as situações em que o estado de exceção poderia ser decretado foram tornando-se cada vez mais afastadas da ideia de guerra e guerra civil, e cada vez mais vinculadas à ideia de necessidades emergenciais decretadas arbitrariamente pelo Estado (AGAMBEN, 2004). O povo torna-se então passivo nesse processo. Veiga possui uma passagem bastante representativa, afirmando que os moradores “Ficaram calados por algum tempo, absorvendo a realidade de uma situação que eles nada tinham feito para criar e que nenhum deles sabia como remediar.” (VEIGA, 1984, p. 47).

Algum tempo após a invasão dos cachorros, não se sabe exatamente quanto, a cidade sofre a ocupação dos bois: “A ocupação foi rápida e sem atropelo e quando o povo percebeu o que estava acontecendo já não era mais possível fazer nada.” (IBIDEM, p. 83). Os bois chegaram sem aviso, “como que convocados por uma buzina que só eles ouviam.” (IBIDEM, p. 84). Como é comum na obra, e na literatura de Veiga, o motivo da vinda dos bois não é claro: “O que teriam eles ido fazer logo ali, quanto tempo ainda ficariam? A quem pertenciam, a que obedeciam?” (IBIDEM, p. 86).

Mais uma vez, como ocorreu com a chegada dos cachorros, o número de animais é tão grande que a vida em Manarairema fica suspensa. Os moradores ficam vivendo como prisioneiros em suas casas, impossibilitados de sair, tendo que racionar comida e água, vivendo em medo constante: “Se houvesse um estouro, as paredes na certa não resistiriam o empuxo, qualquer casa por mais sólida acabaria inclinando para dentro.” (IBIDEM, p. 85). A suspensão da vida é tanta, o absurdo da realidade é tamanho que qualquer tentativa de resistência por parte da população é rapidamente desmanchada: “Planos de defesa os mais absurdos – como o de eliminar os bois pelo envenenamento da água ou do capim – eram imaginados e logo abandonados pela falta de meios de execução.” (IBIDEM, p. 86).

A invasão dos bois e a invasão dos cachorros marcam uma mudança na vida da sociedade, mesmo que os moradores não entendam

de onde vem ou para que servem tais invasões. Ao contrário da invasão dos cachorros, a invasão dos bois não impõe a eles que mudem de hábitos, mas sim que suspendam a sua vida. A suspensão do estado normal, definida por Agamben (2004), em que se muda a ordem natural da sociedade e da governança para poder salvá-la, se aplica no caso de Manaraiema, porém de uma maneira extrema: a sociedade deve parar de viver para sobreviver. Para não serem destruídos por um estouro dos bois, os habitantes da cidade precisam abrir mão de toda a sua vida, na esperança de que o problema, de alguma maneira externo a suas ações, se resolva e a vida possa voltar ao normal. Entretanto, diferente da invasão dos cachorros, com a invasão dos bois, os moradores da cidade não conseguem se rearticular e se adaptar à nova realidade:

121

Os cheiros misturados de chifres molhados, de pelo e de urina [...] empestavam o ar, tonteavam as pessoas [...] Tudo o que se comia ou bebia, até água ardente, vinha com aquele cheiro azedo que o povo foi associando com cheiro de morte [...] Enfraquecidas pela fome e pelos vômitos frequentes, as pessoas passavam a maior parte do tempo deitadas, caladas [...] Os suspiros de um não interessavam ao sofrimento íntimo dos outros, eram meros comentários à desesperança geral. Manaraiema já estava no limiar da morte e só um milagre a salvaria. (VEIGA, 1984, p. 94).

Sem explicação alguma, uma noite os bois vão embora. Com a ida dos bois, os homens da tapeira também vão, sem saber para onde ou porquê. Os moradores da cidade saem às ruas, primeiro receosos e, por fim, comemorando o final da opressão. Através de Amâncio, descobrem que os homens da tapeira foram embora por medo dos moradores da cidade, mas, novamente, nunca é explicado medo do que, ou com qual fundamento.

Considerações finais

A Hora dos Ruminantes pode ser lida como uma alegoria acerca da instalação de um estado de exceção. Os eventos insólitos que ocorrem ao longo da narrativa, como a invasão de cachorros e bois e, especialmente, a forma como estas invasões impactam na vida dos moradores da cidade de Manaraiema, trazem uma alteração ao ordenamento da ordem social e uma mudança daquilo que é considerado normal. Como afirma Dantas (2002), os personagens são convencidos ou coagidos cegamente a servir à nova forma de governo. Instaura-se,

com isso, um sistema de tamanho controle sobre a população que ela própria perde a noção de sua liberdade.

É importante ressaltar que as colocações de Agamben (2004), sobre o estado de exceção, estão sempre tomando o Estado e os governantes como sujeitos da ação, que decretam e criam esta condição social de exceção e dela tiram proveito. Em *A Hora dos Ruminantes*, o foco está nos sujeitos que sofrem com o estado de exceção, nas populações que têm sua vida alterada por ele, sem ter voz na tomada de decisão. Logo, as relações com o estado de exceção precisam ser buscadas nas consequências sofridas, na maneira como os personagens lidam com a nova realidade. Como foi apontado anteriormente, a narrativa não apresenta nenhuma referência a governo, eleições, voto, ou qualquer instância de poder governamental de Manarairema. Entretanto, a política e suas consequências estão presentes a todo o momento ao longo da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

DANTAS, Gregorio Faganholo. *O insólito na ficção de Jose J. Veiga*. Dissertação. Campinas, UNICAMP, 2002, 189 f.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo a ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. Tradução de Maria Clara Correa Castello. São Paulo: Perspectiva, 1992.

TREVIZAN, Suelen Ariane Campiolo. *Três visitas a Manarairema: forma e ideologia em A hora dos ruminantes, de Jose J. Veiga*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Paraná: 2013). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/33829>>. Último acesso em janeiro de 2018.

VEIGA, Jose J. *A hora dos ruminantes*. São Paulo: DIFEL, 1984.